

CONTRADIÇÕES DO PROTAGONISMO JUVENIL EM UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES, GESTORA E PROFESSORES.

Flaviane Araujo Da Silva¹

Maria Clara Da Silva Barbosa²

Catarina Cerqueira de Freitas Santos³

Resumo

Neste estudo buscamos compreender como se configura o papel do protagonismo juvenil no ensino médio integral a partir da visão de gestores, professores e estudantes. A investigação teve caráter qualitativo, baseada em uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso. Utilizamos como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada com três alunos, três professores e a gestora de uma escola da rede estadual de Pernambuco, em Recife. Conclui-se que embora o discurso sobre o desenvolvimento integral dos estudantes seja promovido nos documentos que versam sobre o protagonismo juvenil, na prática, de forma contraditória, as cobranças e pressões interferem na construção de uma verdadeira autonomia, do autoconhecimento e da promoção de uma gestão democrática na escola.

Palavras-Chaves: Protagonismo Juvenil. Gestão democrática. Ensino Médio

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco o protagonismo estudantil: uma expressão polissêmica que tem sido recorrente nas políticas educacionais contemporâneas. De maneira geral, o protagonismo estudantil se configura como a participação ativa dos jovens na construção da própria aprendizagem e em um conjunto de experiências educacionais coletivas que envolvem a participação política em espaços colegiados, sobre observância aos princípios de uma gestão democrática.

A centralidade do estudante no processo educativo parte da concepção de que o jovem deve ser colocado no centro de todas as atividades e decisões relacionadas à educação. Carl Rogers (1978) parte da percepção de que a aprendizagem significativa ocorre quando o próprio sujeito tem envolvimento apropriado no processo educativo, a partir de uma perspectiva humanista em relação à educação. Rogers tramou muitas críticas sobre a

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Email: flaviane.araujo@ufpe.br

² Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Email: mariaclara.barbosa@ufpe.br

³ Docente do Departamento de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: catarina.csantos@ufpe.br

educação tradicional que coloca o professor como centro do processo educativo, como uma figura de autoridade que invalida a experiência da participação dos jovens na aprendizagem.

No âmbito dos Organismos Internacionais, a participação da juventude nos processos educacionais tem sido discutida desde os anos 1980. O Ano Internacional da Juventude, declarado em 1985 pela ONU, marcou um ponto importante nesse desenvolvimento. Antecedendo este evento, em 1979, a ONU já havia reconhecido a importância de dedicar atenção à juventude, abordando temas como participação, desenvolvimento e paz. Souza (2009, p.3) descreve que:

Sempre vagamente definida, a expressão protagonismo juvenil começou a circular no discurso especialmente das organizações do terceiro setor que trabalham com juventude pobre (e que compõem o chamado campo da educação não-formal, para certos autores não-convencional ou, simplesmente, não-escolar), em meados da década de 1990.

Assim, na década de 1990 começaram os primeiros discursos sobre protagonismo juvenil, ainda no âmbito da educação não-formal, atrelada a uma perspectiva de participação social. Houve a propagação de documentos e determinações por parte dos órgãos da ONU que acabaram por definir programas e diretrizes para as políticas públicas de juventude que foram disseminados para diversos países.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu, em seu art.15, que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade” (Brasil, 1990) e que, conforme o art.16, também tem o direito de “circular, estar presente em espaços públicos e comunitários, expressar suas opiniões e participar da vida comunitária e política, sem discriminação” (Brasil, 1990). O Estatuto também reafirmou, no art. 53, o direito dos estudantes à participação e organização em entidades estudantis. Nessa mesma linha, a Lei Estadual de Pernambuco nº 12.280/2002, estabeleceu a proteção integral aos direitos do aluno, com o intuito de viabilizar uma perspectiva mais inclusiva e democrática. Desse modo, o art.22 determina que “o aluno tem garantia à liberdade de expressão e participação: no grêmios estudantis, nos conselhos de classe e escolares, nas atividades artísticas e culturais, desportivas e pedagógicas.” (Pernambuco, 2002).

Nessas legislações o conceito de protagonismo juvenil se articula com a participação efetiva dos jovens em espaços colegiados nas escolas, a exemplo de grêmios estudantis e conselhos escolares. A participação dos alunos é um fator importante dentro da relação entre alunos e gestão, sendo um aspecto crucial para promover um ambiente educacional mais integrado e participativo. Esse envolvimento é fundamental para garantir que os estudantes

tenham suas vozes ouvidas, e não só isso, que também tenham suas perspectivas consideradas como parte das decisões que afetam diretamente suas vidas escolares.

A participação dos alunos dentro de uma gestão democrática reforça o sentimento de pertencimento e possibilita o desenvolvimento de habilidades de conviver com as diferenças. É um ponto indispensável para criar um ambiente educacional mais democrático, no qual o estudante tem voz ativa, e para além disso, tem sua voz valorizada, sendo possível contribuir com a melhoria contínua de sua escola. Segundo Silva e Santos (2019, p.4):

A participação se torna um aspecto propício na organização escolar, pois estabelece uma relação de diálogo permitindo a todos os envolvidos participar do funcionamento da escola, buscando uma prática educativa coerente para a realização de uma educação pública de boa qualidade.

Na atualidade, contudo, os discursos sobre o protagonismo juvenil têm sido pautados a partir de uma perspectiva mais individualista e empresarial (Catini, 2020). Tem ganhado força com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a Reforma do Ensino Médio a ideia de que os jovens são os principais responsáveis por sua própria aprendizagem e por seu processo de desenvolvimento, sem que sejam evidenciados outros aspectos estruturais, que explicam, por exemplo, as desigualdades educacionais.

Dentro desse contexto, o projeto de vida é um dos conceitos chave para entender as mudanças curriculares e metodológicas que estão sendo propostas para a educação básica, em especial para o ensino médio. A BNCC defende que o aluno se torne o principal responsável por sua preparação pessoal e profissional de acordo com suas próprias expectativas. Essa perspectiva que articula protagonismo juvenil e projeto de vida tem sofrido muitas críticas, posto que, acaba responsabilizando por completo o estudante por possíveis sucessos e fracassos, sem que sejam considerados aspectos estruturais. Além disso, como pondera Catini (2020, p.58), coloca o docente no papel de *coach*, com a tarefa de desenvolver uma “missão motivacional para amoldamento a atributos genéricos e formas de reação às instabilidades previstas pelos mercados e investimentos.”

Em Pernambuco, o debate sobre juventude, protagonismo e educação antecede as discussões pautadas pelas reformas nacionais atuais. Em julho de 2008, o estado de Pernambuco sancionou a Lei Complementar nº 125 que criou o Programa de Educação Integral, tendo como objetivo “o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco” (Pernambuco, 2008). Com a criação e implementação do ensino integral nas escolas públicas do estado, o

protagonismo estudantil também foi implementado como uma diretriz nas escolas vinculadas ao programa. A proposta curricular define o termo protagonismo juvenil como “compreendido, aceito e praticado enquanto um laboratório de educação para valores” (Pernambuco, 2010).

Diante desse contexto, considerando que as concepções e as apropriações sobre o que é protagonismo juvenil podem apresentar divergências, partimos da seguinte questão norteadora: **Como se configura o papel do protagonismo juvenil no ensino médio integral a partir da visão de gestora, professores e estudantes?**

O interesse por essa temática surgiu a partir do contato com outras pesquisas que nortearam a discussão sobre gestão democrática e protagonismo juvenil. Ademais, por meio das observações realizadas no estágio em gestão escolar em uma escola de ensino médio de tempo integral, identificamos a existência de entendimentos diversos sobre qual seria o papel dos estudantes na participação da gestão da escola, o que nos motivou a iniciar uma investigação mais profunda.

Desse modo, partindo de um estudo de caso, o objetivo geral deste trabalho foi compreender como se configura o papel do protagonismo juvenil no ensino médio integral a partir da visão de estudantes, gestora e professores em uma escola estadual de Pernambuco. Como desdobramento, foram delineados os seguintes objetivos específicos: analisar como os estudantes compreendem a política de protagonismo juvenil da rede estadual de Pernambuco; descrever a atuação dos estudantes como protagonistas juvenis; identificar a concepção da gestão e professores sobre a atuação dos estudantes protagonistas.

O texto segue dividido em 5 partes, além desta introdução e das considerações finais. Iniciamos as nossas reflexões teóricas discutindo a concepção de gestão democrática e mecanismos democratizadores que orientaram nossa pesquisa, e, posteriormente apresentamos a centralidade do protagonismo juvenil na política de ensino médio de tempo integral do estado de Pernambuco. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico e, por fim, apresentamos os resultados do nosso estudo de caso em duas subseções: a primeira abordando a percepção do que é protagonismo juvenil para gestores e professores e, a segunda, explorando a visão dos estudantes que atuam como protagonistas.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DEMOCRATIZADORES

O artigo 206 do texto da Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece como princípio a gestão democrática do ensino público. Podemos dizer que a garantia desse

princípio tem como tarefa romper com a herança autoritária que é marca da educação brasileira. O reconhecimento na Constituição Federal do princípio da gestão democrática é um grande avanço, no entanto, "[...] a garantia de um artigo constitucional que estabelece a gestão democrática não é suficiente para sua efetivação" (Oliveira, 2007, p.95), fazendo-se necessário criar mecanismos democratizadores na gestão educacional e escolar. Nesse sentido, partindo das análises de Angelo Souza (2009, p.125), definimos gestão democrática como:

Um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996) também contempla a gestão democrática explicitando que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII- gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino

[...]

Artigo 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

(...]

Art. 15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

Como é possível identificar, enquanto o artigo 3º da LDB repete o princípio VI da constituição Federal de 1988, percebemos que o artigo 14 acrescenta dois elementos: a participação dos profissionais da educação e a participação da comunidade escolar - um elemento importante para reforçar a gestão democrática em todos os níveis. No artigo 15 é citado a questão da autonomia em forma pedagógica e administrativa. A esse respeito, Paro

(2001, p.77) comenta que:

[...] É preciso, entretanto, estar atento para, com relação à autonomia administrativa, não confundir descentralização de poder com desconcentração de tarefas, e, no que concerne a gestão financeira, não identificar autonomia com abandono e privatização. A descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si só, ou por seus representantes, nas tomadas de decisão [...] No que concerne a autonomia pedagógica [...] ela deve se fazer sobre bases mínimas de conteúdos curriculares, nacionalmente estabelecidos, não deixando os reais objetivos da educação escolar ao sabor de interesses meramente paroquiais deste ou daquele grupo na gestão da escola.

Uma das expressões do princípio da autonomia refere-se à possibilidade de organização dos conselhos. Os órgãos colegiados devem ser compostos por representantes de diferentes setores da sociedade, como membros de uma organização, professores e alunos de uma escola, ou representantes de diferentes órgãos do governo. Exemplos de órgãos colegiados incluem conselhos escolares, conselhos municipais, conselhos estaduais, conselhos nacionais, entre outros. Ao pensar sobre os colegiados é possível interpretá-los como uma forma de limitar o poder do gestor, e ampliar a articulação entre todos os segmentos da escola, fortalecendo a efetivação de uma gestão democrática. Dublante e Neto (2017, p.91) refletem que:

Um dos elementos mais importantes para a consolidação da democracia tem sido a forma de participação da sociedade nos espaços que permitem a reunião de pessoas para definirem os caminhos a fim de alcançar os objetivos propostos pelas instituições políticas e sociais. Nesse sentido, para constituir a democracia representativa como modelo de representação política, há de ser adotado o procedimento eletivo, por meio do voto, para a escolha daqueles que teriam a melhores condições de participar dos momentos decisórios.

A relação dos órgãos colegiados com a gestão democrática se dá pelo fato de que eles permitem a participação de diferentes segmentos da sociedade na tomada de decisões e na gestão de políticas públicas. Os cidadãos podem ter voz ativa na discussão de questões relevantes para suas comunidades, permitindo propor ideias, opinar e tomar decisões em conjunto com outros membros do órgão colegiado. Isso torna a gestão mais democrática, pois permite a participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas, promovendo a transparência e a prestação de contas por parte dos governantes. Além disso, a participação também pode contribuir para a construção de uma cultura de diálogo e cooperação entre diferentes setores da sociedade.

É importante ressaltar que, apesar dos colegiados serem tratados como uma forma de fortalecer a gestão democrática, eles não podem ter o foco em apenas atender interesses de um grupo específico, precisam considerar as necessidades de toda a comunidade escolar. Assim, sua importância é indiscutível, já que sua existência permite a participação coletiva na tomada de decisões, o que ajuda a garantir a representatividade e a diversidade de perspectivas e interesses envolvidos. Além disso, a deliberação coletiva pode levar a decisões mais justas e equilibradas, pois os membros têm a oportunidade de debater e considerar diferentes pontos de vista antes de chegar a uma decisão.

Assim, para Gomes e Andrade (2009) a atuação do conselho escolar como uma esfera pública de discussão e deliberação é essencial para a gestão escolar democrática, onde as práticas discursivas e sociais revelam que o poder é exercido sem que haja um titular claramente identificado, mas sim, em nome de todos os envolvidos no processo educacional.

Ainda que esses órgãos sejam parte importante no corpo e funcionamento do ambiente escolar, na prática a centralização do poder acaba sendo parte da rotina e das relações estabelecidas dentro das escolas. Já que as burocracias não deixaram de existir, a implementação de processos participativos pode ser excessivamente protocolar, e, conseqüentemente, a tomada de decisões se mantém concentrada no gestor escolar.

Durante a promoção de uma gestão democrática de maneira minimamente justa e eficaz é importante buscar formas de compartilhar a responsabilidade de tomada de decisões. É crucial encontrar um equilíbrio entre a liderança do diretor e a participação ativa de todos que compõem a escola, visando manter um ambiente que assegure a igualdade, respeite a diversidade de opiniões e sempre permaneça em constante construção coletiva para um projeto educativo mais amplo e inclusivo.

Estimular a participação dos estudantes na construção do projeto pedagógico e na tomada de decisões, por exemplo, é um elemento fundamental para democratizar a escola pública. A falta de protagonismo, organização e participação dos estudantes nas decisões importantes da vida escolar é destacada durante os conselhos de classe e série e muitas instituições, demonstrando a necessidade de estratégias para envolvê-los e promover o sentimento de pertencimento. Nesse contexto, a renovação anual do grêmio estudantil surge como uma oportunidade para os alunos se tornarem mais participativos e atuarem como representantes da comunidade escolar.

A relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar nem sempre é consensual e pode apresentar fissuras como por exemplo, a falta de comunicação que dificulta a troca de ideais e a construção conjunta de projetos. O respeito pelas decisões tomadas de forma

horizontal – grêmios e gestão - representaria o avanço em direção a uma escola verdadeiramente democrática. Apesar da existência legal do grêmios estudantil, sua atuação parece condicionada a determinações do sistema de ensino, o que pode comprometer a autonomia e a efetividade da entidade como canal de comunicação e representação dos estudantes. É fundamental que a participação dos estudantes nas discussões administrativas e pedagógicas seja incentivada e valorizada, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática e participativa. Freitas, Piovesani e Portéro (2020, p.453) refletem que:

Em se tratando da educação, não basta transferir responsabilidade e, conseqüentemente, culpabilidade ao professor por algum mau desempenho na escola. É preciso, antes, criar as condições de participação tanto de professores quanto de alunos e seus pais. E o Grêmios Estudantil deve ter papel preponderante nas discussões da vida escolar.

Nesse sentido, é relevante refletir acerca da percepção do papel dos estudantes que integram os grêmios estudantis no ambiente escolar ou que constroem outras formas de organizações. Não se trata apenas de atribuir uma “tarefa” a um estudante para cumprir formalidades legais relacionadas à gestão nas escolas, mas sim de incluir efetivamente esses estudantes nas discussões necessárias para a construção democrática de sua vida escolar.

3. AS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRAL E O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA REDE DE ENSINO EM PERNAMBUCO

Segundo Azevedo (2008) a política educacional emerge em resposta às questões que se tornam socialmente problemáticas. Diferentes grupos sociais disputam espaço na formulação das políticas e, à medida em que os grupos se mobilizam em prol de seus interesses, a política educacional acaba expressando um campo de confronto e de negociação. O cotidiano escolar, entretanto, é o espaço final onde ocorre a concretude do programa de ação de uma política (Azevedo, 2008). É no dia após dia dentro do ambiente escolar que as políticas educacionais são confrontadas com as realidades e desafios, sendo reinterpretadas pelos sujeitos das escolas.

Atualmente, as políticas educacionais têm valorizado o papel dos estudantes na sua própria jornada de aprendizagem e nas decisões da escola. Afinal, Freire (1968) já dizia que é através da educação que os alunos são capacitados a compreender criticamente o mundo ao seu redor e a agir para mudá-lo. É a partir disso que as diretrizes e metas estabelecidas para o projeto do protagonismo ganham ou perdem relevância. Botler e Nascimento (2023)

constatam que esse modelo de ação, pautado no resultado que os jovens protagonistas podem ou não obter, pode ser associado à ideia de responsabilizar o próprio estudante pelo seu sucesso, ou até mesmo pela falta dele. E embora o conceito do protagonismo tenha como uma de suas bases a participação dos estudantes, muitas vezes essa "participação" se limita a consultas simbólicas, mantendo as estruturas de poder nas instituições educacionais centralizadas, dificultando a intitulada autonomia e influência do estudante na construção da proposta pedagógica da escola.

Vale ressaltar que o protagonismo na escola foi fomentado nas instituições de maneira mais efetiva com a implementação de programas indutores do tempo integral, como o Programa Mais Educação e o Programa Ensino Médio Inovador, durante o governo de Luiz Inácio Lula Da Silva no contexto de instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC), em 2007. De acordo com Gadotti (2009) entre os vários programas que abarcam o PDE, o programa que mais valorizou a educação integral foi o Programa Mais Educação (PME), que possuía o intuito de ampliar o horário dos alunos na escola promovendo atividades no contraturno, ofertando aos discentes a ampliação de atividades e a possibilidade de melhorar seus desempenhos nas atividades escolares.

Já a política educacional de ampliação do tempo escolar voltada para o ensino médio, teve uma expansão considerável a partir do final dos anos 2000. No âmbito federal, o Programa Ensino Médio Inovador (EMI), criado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC), teve um importante papel indutor. De acordo com o MEC, o ensino médio integral tinha como objetivo apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio (Brasil, 2009).

Em âmbito estadual, entre os anos de 2003 e 2004, o estado de Pernambuco criou em seu sistema educacional o Centro de Ensino Experimental, implantado no Ginásio Pernambucano. Em seguida, entre 2010 e 2022, o estado modificou os CEEGPs (Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano) para EREMs (Escola de Referência em Ensino Médio). De acordo com Cunha e Araújo (2021) as mudanças perpassadas durante todo o período de modificação e modernização do ensino acabaram validando o que seria a política de educação integral nas escolas, trazendo para a população de maneira "ativa" esse modelo de educação, sendo um divisor de águas da política educacional em Pernambuco.

Segundo Lima e Gomes (2022) o ensino médio integral foi implementado em Pernambuco como parte de uma estratégia de modernização do sistema educacional, que, em teoria, teria a perspectiva de ofertar uma formação mais abrangente e igualitária para os estudantes, podendo preparar melhor os jovens para o mercado de trabalho e para a vida acadêmica, além de oferecer reforço em uma educação mais ampla e completa. Além disso, alguns estudos e mídias colocavam o estado de Pernambuco como um destaque nacional por seus feitos na implementação do ensino médio integral. Mesmo antes do termo protagonismo ser pautado dentro da BNCC, Pernambuco já havia experimentado –de modo pioneiro– a implementação desse chaveiro em suas políticas educacionais para o ensino médio (Nascimento; Ramos; Nascimento, 2022).

O Governo de Pernambuco afirma que o protagonismo estudantil assume o papel de desenvolvimento da autonomia, autoconhecimento, convivência e coletividade (Pernambuco, 2020). Sendo assim, segundo este documento estadual, os estudantes pernambucanos devem ter espaço, voz e vez garantidos. Em suma, o protagonismo estudantil abrangeria não somente os quesitos educacionais, mas, também daria espaço para os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, sendo um movimento dinâmico e necessário para o empoderamento dos jovens como agentes de transformação. Segundo a proposta curricular para o ensino médio do estado de Pernambuco (2020, p.50):

O protagonismo juvenil admite interpretações heterogêneas, incorporando ideias de participação, cidadania, autonomia, responsabilidade, ação individual e/ou coletiva, empoderamento, resiliência; estabelecendo uma relação dialógica com o “eu” e o “outro”, transformando a sociedade e as instituições sociais em espaços relevantes de tomada de decisões sobre questões que repercutem na coletividade e em suas próprias vidas.

Em Pernambuco, assim como em outras regiões do Brasil, o protagonismo estudantil tem tomado grandes proporções em reconhecimento e tem se tornado uma parte muito discutida no cenário educacional ao qual esses jovens estão inseridos, tanto para a vida pessoal quanto para a vida profissional e acadêmica ao qual o ensino médio os prepara para adentrar.

Vale ressaltar que o protagonismo estudantil não está ancorado apenas em uma proposta estadual, mas sim, se vincula a um projeto nacional respaldado pelo Ministério da Educação desde 2009 com a portaria 971 que institui o Programa Ensino Médio Inovador, onde em seu inciso VII já planeja o trabalho/desenvolvimento da autonomia dos jovens; planejamento que mais a frente seria mais detalhado pela BNCC.

Segundo Catini (2020, p. 66), o plano da BNCC sobre o Novo Ensino Médio, aplica o

ensino e incentivo do empreendedorismo, não sendo nada além de “privação da formação intelectual, mas também de ocupação de tempo integral sob tutela de confinamento territorial.” Isso implica não só no controle dos currículos e metodologias de ensino, mas também na utilização do esforço dos alunos para atender a interesses particulares, que muitas vezes não estão vinculados às propostas e propósitos educacionais emancipatórios. Essa situação reflete uma preocupação mais ampla com a mercantilização da educação e a manipulação do processo educacional para atender a objetivos que não priorizam o desenvolvimento pleno dos estudantes, pois, além de toda a influência política e preparação para o mercado de trabalho, também se sobrepõe uma questão de “liderança”, caracterizada por uma pressão, repleta de cobranças e responsabilização que recai sobre os estudantes.

De acordo com Freire (1968) a educação não é neutra, mas sim política, e acaba refletindo variadas visões de mundo e interesses de classe na sociedade. Isso significa que as decisões educacionais são influenciadas por agendas políticas, econômicas e culturais, moldando a transmissão e recepção do conhecimento. Nesse sentido, o debate em torno do protagonismo juvenil e das políticas educacionais revela uma complexidade que vai além da simples promoção da participação dos jovens na escola.

Enquanto o protagonismo juvenil é defendido como uma ferramenta para capacitar os jovens a influenciarem positivamente suas comunidades e a promoverem mudanças sociais, a apropriação contemporânea desse conceito precisa ser problematizada. As políticas educacionais que visam promover o protagonismo muitas vezes podem ser superficiais, negligenciando as estruturas de poder subjacentes que limitam verdadeiramente a participação dos jovens e o corpo da escola nesse processo, afinal, “todos no chão da escola são corresponsáveis por desenvolver ações que favoreçam a educação para valores, o protagonismo juvenil e a cultura da trabalhabilidade” (Cunha; Araujo, 2021, p. 3). Além disso, existe o risco de que o protagonismo seja instrumentalizado para atender a agendas políticas da gestão da escola, em vez de capacitar os jovens a se envolverem de maneira significativa e transformadora, o que promove uma democracia democrática e desenvolvimento integral de jovens críticos.

4. METODOLOGIA

Com o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, escolhemos a abordagem qualitativa, uma vez que buscamos compreender as experiências individuais dos alunos, professores e gestora sobre suas considerações e o ponto de vista de cada grupo sobre o

projeto tratado. Partimos do pressuposto que, a abordagem qualitativa, ao se envolver com a esfera dos significados, destaca a singularidade do ser humano “não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações” (Minayo, 2007, p.21).

Optamos por realizar um estudo de caso, que, segundo Ventura (2007, p. 384),

[...] é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) da rede estadual de Pernambuco, no município de Recife. O critério de escolha da escola foi pautado no fato de ser uma instituição que oferece a modalidade de ensino médio e técnico em tempo integral, sendo essa uma das escolas mais bem estruturadas da GRE-Recife Norte. Equipada com laboratórios de alta tecnologia, salas de aula amplas e modernas para proporcionar um desenvolvimento dos alunos, além de contar com espaços de interação entre os estudantes. Ademais, a gestão da escola foi receptiva ao desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos sujeitos participantes da pesquisa, foram selecionados 03 estudantes que participam ativamente do protagonismo na escola, incluindo o aluno líder do projeto na escola, 03 professores dos seguintes componentes curriculares: Mecatrônica, Língua Portuguesa e História, além da gestora da instituição.

Foram utilizados como instrumentos de construção de dados a entrevista semiestruturada. O uso de entrevistas em pesquisas qualitativas assume uma posição de destaque como uma das principais fontes, em virtude de proporcionar “informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratar da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (Minayo, 2007, p.65). Optamos por essa escolha devido à flexibilidade inerente desse instrumento, além de reconhecê-lo como uma ferramenta eficaz para comunicação e interação facilitada. Segundo Minayo (2007), a entrevista se configura como um diálogo intencional, especialmente quando adotada em uma abordagem semiestruturada. Essa modalidade permite a conjugação de perguntas tanto fechadas quanto abertas, outorgando ao entrevistado a liberdade de elaborar suas respostas sem se restringir às indagações predeterminadas.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos adotados na pesquisa, com a garantia de anonimato e sigilo das informações, bem como de

caráter voluntário da pesquisa, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos. A identidade dos participantes foi mantida em sigilo, sendo denominados como: professor João, professora Maria, professor Pedro, Gestora, aluna Ana, aluno Tomás, e aluno Líder. A escola foi denominada como: Escola Rosa. Os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e para os estudantes menores de idade foi disponibilizado para assinatura dos responsáveis o termo de assentimento livre e esclarecido (TALE).

A avaliação dos dados está fundamentada principalmente na análise temática de conteúdo proposta por Bardin (1979) apud Gomes (2007). Partimos das categorias protagonismo juvenil e gestão democrática para abordar as questões associadas aos nossos objetivos específicos, e realizamos inferências para alcançar, de maneira lógica e interativa, as conclusões sobre o conteúdo que estava sendo analisado.

5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A partir dos objetivos delimitados anteriormente, nesta pesquisa buscamos inicialmente compreender as práticas do projeto “Protagonismo Juvenil” dentro de uma escola de referência em tempo integral da Rede Estadual de Pernambuco ao qual iremos intitular de Escola Rosa. Segundo o site da instituição, a escola Rosa é um espaço dinâmico que busca proporcionar uma educação de excelência com foco no ensino técnico, preparando os jovens para o mercado de trabalho e para os exames vestibulares. Fundada em 1928, a Escola Rosa tem cerca de 1500 estudantes matriculados nos cursos integrais e subsequentes, na modalidade presencial são ofertados os cursos de edificações, logística, química, segurança do trabalho, mecatrônica, e mecânica industrial, além de quase 600 participantes no ensino à distância que são contemplados com os cursos de administração, informática - desenvolvimento de sistemas, logística e segurança do trabalho.

A escola oferece o programa de protagonismo juvenil intitulado como Arautos. Define-se “arautos” como “mensageiro, porta-voz” (ARAUTO, 2024) e esse nome foi escolhido pelos discentes que fazem parte do programa. Ao serem questionados o porquê da escolha, os estudantes argumentaram que gostariam de um nome diferente, porque eles gostariam de fazer a diferença, e nesse sentido a escolha do nome “arautos”. A escolha dos representantes estudantis, conhecidos como "arautos", na instituição de ensino é realizada em três etapas distintas: preenchimento de questionário com dados pessoais, participação em

dinâmica em grupo e entrevista individual. Todo o processo seletivo é conduzido pelos próprios alunos integrantes do programa, juntamente com o líder designado e a equipe de gestão, sendo contemplados 40 estudantes no total.

O número de encontros realizados ao longo do ano letivo varia de acordo com as demandas e acontecimentos na escola, porém a reunião plenária envolvendo todos os arautos ocorre, no máximo, uma vez ao mês. Além disso, os participantes recebem regularmente capacitações promovidas pela Gerência Regional de Educação (GRE) e têm acesso a documentos disponibilizados por ela. Os jovens também recebem formações, sendo elas ministradas nas dependências da escola, reunindo todos os estudantes envolvidos no programa, com o intuito de aprimorar suas habilidades e conhecimentos, contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades desempenhadas pelos arautos no ambiente escolar.

Nas subseções seguintes, destacamos as categorias gestão democrática e protagonismo juvenil, primeiramente considerando as perspectivas dos professores e da gestora, e, posteriormente, dando ênfase à visão dos estudantes sobre elas.

5.2. Perspectiva dos professores e da gestora sobre gestão democrática e protagonismo juvenil

Buscamos identificar junto aos sujeitos da escola se existia uma aproximação da gestão democrática e do protagonismo juvenil. Como discutimos anteriormente, Paro (2001) aponta que, em que pese os avanços legais, o sistema atual de gestão ainda centraliza todo o poder nas mãos do gestor da escola. Entretanto, no contexto da promoção de uma gestão democrática, é imprescindível construir meios para distribuir a responsabilidade na tomada de decisões, visando alcançar o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos e professores.

A partir da categoria gestão democrática, identificamos que um dos professores apontou que a vivência prática é oposta ao que está descrito na teoria. Para o professor João, gestão democrática é:

Um sistema no qual um órgão vai ser gerido por todos, mantendo transparência para todas as tomadas de decisão. Sendo na teoria escolhida por todos, digo teoria porque na prática isso não acontece. Portanto, minha concepção de gestão democrática seria esse olhar para o todo, a desmembração da hierarquia, quebrar esse olhar de cima para baixo e gerir o ambiente como um todo, para todos e com todos, e qualquer coisa que fique longe dessa ideia não se assemelha a uma gestão democrática. (Professor João)

Os demais professores definiram a gestão democrática como sendo:

Envolver todos os membros da comunidade escolar nas decisões importantes. E isso inclui os alunos, nós professores, os funcionários e os pais. Pensando em garantir que todos tenham voz e contribuam para o bom e justo funcionamento da escola. (Professor Pedro)

Um processo inclusivo e participativo onde todos os membros da comunidade escolar têm voz e são ouvidos. Isso envolve tomar decisões de forma coletiva, respeitando as opiniões e necessidades dos alunos, pais, professores e funcionários. Sempre com transparência e responsabilidade. (Professora Maria)

Em comum, todos os professores indicaram a relevância da participação da comunidade como um elemento constitutivo da gestão democrática e, em especial, os professores Pedro e Maria também reforçaram a importância de dar a “voz” também aos estudantes.

Ao questionarmos os professores se os estudantes participantes do programa Arautos têm suas vozes ouvidas e se ocorre uma participação ativa do grupo dentro da escola, encontramos respostas que revelam um cenário desafiador. Os docentes afirmaram que, embora seja reconhecida a importância de ouvir e manter a participação dos estudantes, há limitações práticas e estruturais que dificultam a implementação plena da autonomia estudantil. Questões como hierarquia institucional e até mesmo uma cultura escolar que tradicionalmente centraliza as decisões entre os adultos para manter a “ordem e disciplina” da escola foram mencionados como obstáculos significativos. Os docentes afirmaram que:

Eu percebo a instituição coletando a expressão dos estudantes, seja através dos arautos ou por observações mais silenciosas, para conseguir direcionar atividades e tentar envolver eles [...], Porém isso tem um limite de efetividade. (Professor João)

Sim, com certeza! Claro que de maneira limitada e dentro do que cabe a eles questionar, mas sempre vejo a gestão da escola preocupada com essa participação deles. (Professora Maria)

Parcialmente. Como professor, percebo que a escola está, sim, atenta ao que os estudantes têm a dizer, mas isso não implica que todas as demandas ou sugestões dos alunos sejam automaticamente aceitas. [...] é importante lembrar que existe um equilíbrio a ser mantido, afinal, ordem e disciplina também fazem parte da organização da escola né. (Professor Pedro)

As respostas dos professores indicam que não há uma associação direta entre as categorias protagonismo estudantil e a gestão democrática. Perguntamos também à gestora sobre a sua concepção de gestão democrática. A resposta foi:

Eu diria que é compartilhar as demandas. Poder contar com os membros da escola, afinal é um direito estabelecido. Mas de maneira geral, é cumprir com o direito de

ouvir e dar espaço às necessidades e demandas dos componentes que tornam esse espaço uma escola.(Gestora)

Quando perguntado sobre as pessoas que contribuem com a tomada de decisões da escola, a diretora apontou a existência de uma boa equipe de suporte, mas não fez referências aos estudantes:

Tenho várias equipes, temos equipes de coordenação, de secretaria, segurança, limpeza, professores, equipe técnica... e sempre nos reunimos com as equipes dos determinados setores para sanar esses problemas ou pelo menos amenizar os impactos que acabam acontecendo dentro dos diversos setores que fazem a escola. (Gestora)

A gestora também apontou que não existe grêmio estudantil na escola, que os estudantes até se mobilizaram para criá-lo, mas a iniciativa não foi adiante. De todo modo, ela acredita que os Arautos já cumprem o papel de representação dos estudantes. Embora não tenha citado o Arautos como uma equipe que contribui para gestão democrática, contraditoriamente, em outro momento da entrevista a gestora afirma que os protagonistas são como “braços direitos” dela quando se trata do funcionamento de demandas cotidianas da escola. Para a gestora, o protagonismo é fundamental para a escola, pois pode:

Fortalecer os laços comunitários e a convivência, é crucial que os sistemas educacionais repensem suas abordagens, criando um espaço que efetivamente nutra a saúde emocional e o desenvolvimento pessoal dos jovens, permitindo-lhes verdadeiramente explorar e desenvolver suas identidades de maneira equilibrada e sustentável. (Gestora)

Questionamos os docentes sobre suas opiniões acerca da atuação e funções dos arautos dentro da escola. Foi possível perceber um padrão de opiniões sobre as atividades desenvolvidas pelos alunos protagonistas da escola. Para os professores, os estudantes são retirados de sala muitas vezes para atender demandas da gestão e dos procedimentos desenvolvidos ao longo do dia na escola, tais como: organizar o refeitório durante os horários de alimentação, organização de eventos, decoração da escola em datas comemorativas, entre outras demandas. Os estudantes, por sua vez, além de executar essas tarefas, também têm que dar conta dos compromissos pedagógicos, como assistir às aulas e realizar as atividades indicadas pelos professores. Essa dinâmica, na perspectiva dos docentes, nem sempre é benéfica para os estudantes. Os professores relatam as demandas da seguinte forma:

Uma vez que o aluno sai de sala para resolver problemas da gestão e do funcionamento escolar, isso interfere negativamente, pelo fato de quebrar o ritmo do aprendizado dele, principalmente em escolas de tempo integral, como é o nosso caso. Os alunos já têm os dias todos comprometidos com as aulas regulares e o ensino técnico. Ao tirar deles esse momento de atividades e aulas em sala para

resolver problemas da gestão, eles retornam para as aulas e não conseguem acompanhar a turma no mesmo ritmo, tendo que levar essa carga para casa. O que sobrecarrega o aluno com coisas das quais não vejo tanto sentido para seu desenvolvimento escolar. Claro que tem o benéfico de seu desenvolvimento pessoal, na tomada de decisões, se posicionar, saber ouvir, tomar conhecimento de como as coisas funcionam a nível de instituição, desenvolvimento de projetos/trabalhos e ações em equipe. Mas enquanto estudante isso tende a quebrar o ritmo, sobrecarregar com ainda mais tarefas das quais ele já está sendo ocupado. Isso não acontece em todos os casos, mas está dentro do que acontece. Os estudantes são responsáveis por demandas paralelas e que lhe demandam responsabilidades, o que acaba levando o aluno a abrir mão de umas coisas/demandas para subir/assumir outras. (Professor João)

Às vezes a saída deles e sala é um pouquinho complicado, eles acabam perdendo um pouco da aula, ou até mesmo a aula toda. [...] eu sei que eles têm essa responsabilidade né, de organizar o almoço, dos eventos da escola, e eu não posso impedir eles de cumprir com essa responsabilidade. [...] são apenas jovens e adolescentes que se dispõem todos os dias a cumprir com essas funções, a ajudar no funcionamento da escola, no funcionamento das datas comemorativas, no funcionamento dos eventos que eles fazem para que os próprios alunos possam curtir, aproveitar e descansar um pouco né. (Professora Maria)

Ao meu ponto de vista nós estamos aqui para formar e dar suporte a eles. Independente de concordar ou discordar do funcionamento dos Areatos. Por fazerem parte de boa parte do funcionamento da escola acabam saindo bastante da sala, o que eu sei que para alguns é um alívio sair da sala e passar minutos ou até horas lá fora, mas isso também acaba comprometendo o desenvolvimento pedagógico e o rendimento deles, e não falo nota, falo de domínio e compreensão dos conteúdos que são trabalhados em sala. (Professor Pedro)

Vale ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) articula o protagonismo no ensino médio como um elemento fundamental da construção do Projeto de Vida no Novo Ensino Médio. Assim, o protagonismo deve proporcionar aos estudantes uma preparação adequada para enfrentar os desafios da vida adulta e para a transição entre a vida escolar e a carreira profissional. Essa preparação para a vida, conforme coloca Botler e Nascimento (2023), deposita sobre os jovens uma pressão de amadurecimento e criação de responsabilidade, gerando no próprio discente a culpa por seu sucesso ou fracasso na vida dentro e principalmente fora/pós escola. Embora essa criação de responsabilidade esteja prevista pelos documentos que respaldam o programa do protagonismo juvenil na escola, a forma como essa cobrança é feita acaba por sujeitar os estudantes a um ambiente imerso de cobranças, frustrações e aceleração. Pois, segundo o Professor João, nem todos os alunos conseguem atingir os objetivos, pois depende da maturidade do aluno, se ele consegue liderar, se tem psicológico para enfrentar os “NÃO” e problemas que são enfrentados durante essa jornada. O que acaba por reafirmar a análise de Botler e Nascimento (2023) sobre a responsabilização quase que exclusiva do jovem sobre suas conquistas ou fracassos.

A gestora da escola também compartilhou conosco suas observações sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes. Ela enfatiza o papel crucial dos jovens como agentes de apoio e destaca, reiteradamente, a importância fundamental dessa colaboração para garantir a fluidez e a eficiência no funcionamento diário da escola. Segundo ela, a participação ativa dos estudantes não só contribui para o bom andamento das atividades, mas também fortalece o ambiente escolar como um todo, promovendo, aos seus olhos, uma atmosfera mais dinâmica e colaborativa:

Eles são responsáveis por recepcionar e acolher os novos alunos no início do ano letivo, também nos ajudam muito com a organização dos alunos no refeitório durante o almoço, além de também organizar os eventos da escola tanto em datas comemorativas culturais como em datas que eles também gostam muito exemplo o halloween. **Sem a ajuda deles seria muito difícil manter a ordem e organização na escola** e posso afirmar com certeza que sem eles o funcionamento com certeza seria muito mecânico, apenas visando a ordem, sem olhar os alunos como um todo. (Gestora) (Grifo nosso)

Destacamos, entretanto, que a perspectiva descrita pela gestora, coloca os estudantes protagonistas de uma forma tutelada, como mantenedores da ordem escolar. O documento do Estado de Pernambuco (2020) intitulado por “Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral”, destaca o protagonismo juvenil como uma iniciativa que deve promover o desenvolvimento da autonomia, autoconhecimento, coletividade e convivência. No entanto, a realidade muitas vezes contradiz esses ideais, sendo um desenvolvimento controlado e limitado, baseado nas necessidades específicas da escola e nas demandas trazidas para esses estudantes.

Considerando que a categoria gestão democrática envolve toda a comunidade, buscamos, junto à gestora, questionar sobre a percepção das famílias em relação à participação dos jovens no projeto, bem como a avaliação dos responsáveis sobre o desempenho desses jovens e a presença efetiva das famílias nas atividades diárias relacionadas às demandas dos alunos, recebemos a informação de que, frequentemente, ou até mesmo na maior parte das vezes, as famílias não se envolvem ativamente na rotina diária de seus adolescentes. O relato aponta que:

Muitas famílias não se envolvem diretamente com o projeto, autorizam, mas não adentram para conhecer o que é o protagonismo, a importância de ser protagonista na sua vida, então acaba sendo uma relação neutra, sabe!? Eles sabem de tudo que acontece na escola, afinal, os alunos são menores de idade, mas, não se envolvem ao ponto de concordar ou discordar, pois não se apropriam do que os filhos fazem dentro do projeto. (Gestora)

Essa falta de engajamento por parte dos responsáveis reflete uma desconexão significativa entre os cuidados necessários para o desenvolvimento dos jovens e a presença direta dos familiares no acompanhamento das atividades escolares, demonstrando uma outra lacuna na consolidação da gestão democrática.

5.3 Perspectiva dos estudantes sobre o Protagonismo Juvenil

Para compreender o ponto de vista dos estudantes, realizamos as mesmas perguntas feitas aos docentes e gestores, com intuito de perceber a interpretação dos estudantes sobre o projeto e as atividades desenvolvidas por eles na prática do dia a dia no cotidiano escolar. Quando perguntado aos estudantes entrevistados que fazem parte do programa do protagonismo estudantil sobre suas percepções de gestão democrática e sobre a definição do protagonismo nós obtivemos as seguintes respostas:

Acredito que gestão democrática de forma teórica é algo simples, é sobre tomar decisões de maneira democrática, onde todos têm o mesmo direito e estão ativos nas decisões tomadas dentro da escola. (Aluno líder do protagonismo)

Vejo a gestão democrática como uma gestão que visa a participação de todos, que se importa com a opinião e ponto de vista de todos aqueles que compõem o grupo. (Aluna Ana)

Acredito que gestão democrática seja um tipo de administração em que as pessoas que estão à frente da escola, procure os outros membros da escola para que antes de tomar alguma decisão que vá afetar de maneira geral todos aqueles que estão no ambiente. [...] Então eu acredito que gestão democrática seja esse modelo, o modelo de trabalhar em coletividade. (Aluno Tomás)

Percebemos que os estudantes compreendem a gestão democrática como uma cooperação entre as partes que compõem a escola, sendo o meio de garantir a participação de todos na tomada de decisão do ambiente escolar. Há uma sintonia, portanto, com as características que Souza (2009) e Paro (1997) apontam como elementos que devem compor uma gestão democrática. Ainda sobre a categoria gestão democrática, a análise dos relatos indica a existência de diálogo aberto e respeitoso entre gestão e estudantes:

Eu vejo a minha relação com a gestão de maneira bem aberta, onde eu posso chegar para conversar e procurá-los para demonstrar ideias e questionamentos, mas não sinto que esse caminho é sempre aberto e que essa conversa não é inteiramente aceita em algumas vezes. (Aluna Ana)

No caso citado, o estudante relata que sua relação com a gestão é aberta, mas nem sempre se sente totalmente aceita ou ouvida. Isso pode indicar a necessidade de um maior incentivo à participação dos alunos nas decisões da escola, de forma a garantir que suas ideias e questionamentos sejam considerados e respeitados. Sobre a concepção de protagonismo estudantil, os arautos destacaram. Durante as entrevistas, questionamos aos alunos entrevistados o que eles entendiam por protagonismo juvenil, e como esse projeto é aplicado dentro da escola. Obtivemos algumas respostas interessantes:

Em sua forma teórica é quando você coloca um jovem à frente das decisões sobre seu próprio futuro e que tenha o intuito de desenvolver aspectos básicos que possam ajudar ele a obter boa desenvoltura em ambientes de trabalho e na sua própria vida pessoal (Aluno Líder)

O protagonismo nada mais é do que um projeto onde um determinado grupo de alunos da escola têm disponibilidade em participar de projetos e eventos tanto internos quanto externos e também ser um porta voz dos alunos no meio escolar, sendo um intermédio entre eles e a gestão da escola, levando os interesses dos alunos para a gestão e os interesses da gestão para os alunos (Aluna Ana)

Vale ressaltar que o que o estado de Pernambuco (2020) caracteriza protagonismo a partir de elementos como autonomia, responsabilidade e incorporação de ideias. Além de trazer em seus pontos a transformação do ambiente escolar em um espaço para tomada de decisões. Como analisaremos adiante, foi possível perceber que para esses jovens, o protagonismo acaba se estreitando na execução de projetos propostos pela gestão e professores e na relação de responder às demandas colocadas pela gestão da escola.

O protagonismo nada mais é do que um projeto onde um determinado grupo de alunos da escola têm disponibilidade em participar de projetos e eventos tanto internos quanto externos e também ser um porta voz dos alunos no meio escolar, sendo um intermédio entre eles e a gestão da escola, levando os interesses dos alunos para a gestão e os interesses da gestão para os alunos. (Aluna Ana)

Para mim protagonismo juvenil é quando temos jovens que têm um papel ativo dentro do contexto ao qual está inserido. Exemplo na nossa escola, temos os arautos, que é um grupo de alunos da escola que ficam responsáveis por criar e ajudar nos projetos da escola, então acredito que o protagonismo juvenil seja se impor, estar a frente de suas escolhas e ter liberdade para arcar com as consequências dessa escolha, acredito que seja ser solícito, empático e se preocupar com os colegas, também considero isso como protagonismo juvenil. (Aluno Tomás)

A definição do protagonismo estudantil apresentada pelo aluno reflete a importância dos estudantes serem representantes estudantis ativos e participativos na comunidade escolar, atuando como intermediários entre seus colegas e a gestão, levando e representando seus interesses. Considerando que a categoria protagonismo estudantil envolve autonomia, buscamos compreender a percepção dos estudantes sobre a questão da escola ou sobre a

liberdade de expressar suas opiniões, e obtivemos algumas respostas interessantes a respeito disso e podemos notar algumas contradições:

Acredito sim, porém não sinto isso em todos os momentos. Acredito e vejo que o que já está delimitado pela gestão não é algo remodelado, como se não existe nenhuma possibilidade de ser mudado ou ajustado, mesmo que para os alunos não faça sentido, quando a gestão delimita algo, é aquilo e pronto. Podemos sim ser ouvidos, mas, não temos tanta interferência em algumas ocasiões. (Aluna Ana)

Me sinto ouvida sim em determinados momentos, principalmente quando tem organizações de projetos, embora existam lacunas e não nos escutam totalmente onde as decisões que já foram tomadas não são mudadas ou remodeladas, mas acredito que quando solicitamos a atenção deles para passar informações de outros alunos e demandas, são os momentos que somos mais escutados pela gestão, são nesses momentos que nos escutam 100%, já que estamos ali para ser uma ponte entre a gestão e os alunos também. (Aluna Ana)

Sim, com certeza. Não diria que todas as decisões, mas principalmente nas decisões que envolvem eles. Como em eventos e atividades mais simples, até mesmo com a alimentação. (Aluno líder)

É possível reconhecer que, apesar de acreditar na voz ativa dos alunos, a análise das respostas revela que nem sempre essa voz é efetivamente ouvida e considerada pela gestão. Observa-se que a gestão muitas vezes estabelece decisões e diretrizes sem abrir espaço para uma real possibilidade de revisão ou modificação, o que pode resultar em uma limitação significativa da participação dos alunos no processo de tomada de decisões.

Quando há organização de projetos e solicitação de atenção para questões disciplinares dos alunos, a gestão parece estar mais aberta à escuta e à consideração das opiniões dos alunos. Mas percebemos que os estudantes ficam mais na posição de executores do que de formuladores das propostas. De certa forma, esse padrão de comportamento é o que também se exige em um mercado de trabalho que prioriza por um profissional resiliente, que saiba resolver problemas e que acate e mobilize seus colegas para o cumprimento de regras. Nesse sentido, a experiência dos protagonistas pode ser considerada um grande ensaio para o mercado de trabalho, um processo de treinamento e qualificação profissional pouco crítica. Conforme nos lembra Paro (2016, p. 10)

A razão mercantil, ao procurar submeter tudo às regras do mercado capitalista, ignora por completo a singularidade do trabalho pedagógico, procurando implantar na escola básica os princípios e métodos administrativos das empresas de negócios, assim colhendo um fracasso retumbante na realização do aprendizado dos educandos.

Ademais, a respeito da criação de maturidade e responsabilidade que os jovens deveriam criar a partir da experiência dos protagonistas, é importante considerar que há uma

pressão que vem de diferentes frentes: pais, professores, instituições de ensino e até mesmo dos próprios colegas, o que pode acarretar um ambiente competitivo no qual o medo do fracasso e a ansiedade são constantes companheiros dos estudantes. Por isso, se torna crucial criar um ambiente que não apenas exija uma performance dos estudantes, mas sim que também estimule e acolha as necessidades e dificuldades sentidas por eles. Um ambiente que desenvolve não apenas suas habilidades acadêmicas, mas principalmente seu desenvolvimento/crescimento social, pessoal e emocional também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender como se configura o papel do protagonismo juvenil no ensino médio integral a partir da visão de estudantes, gestores e professores em uma escola estadual de Pernambuco, entendendo se a participação ativa dos jovens na comunidade escolar auxilia na construção da sua aprendizagem e em experiências educacionais coletivas.

O artigo retoma as concepções em torno do protagonismo, desde as discussões internacionais até a legislação brasileira, e analisa como essa abordagem tem sido interpretada e implementada no ensino médio integral da rede estadual de Pernambuco. Além disso, questiona a perspectiva individualista e empresarial que tem sido associada ao protagonismo dentro das escolas, destacando a importância de considerar aspectos críticos na educação dos jovens.

Os nossos achados de pesquisa apontam que, em relação ao protagonismo juvenil, os estudantes demonstram uma compreensão do protagonismo como agentes ativos na comunidade escolar em que estão inseridos, entendendo seu papel como mediadores entre gestão e estudantes. Apontam que, apesar de se sentirem ouvidos em alguns momentos, nem sempre suas opiniões são totalmente consideradas pela gestão, o que pode limitar sua participação efetiva nas decisões da escola. Podemos perceber a romantização que é feita sobre o protagonismo principalmente pelos estudantes inseridos no programa, em considerar algo somente “bom” para seu desenvolvimento acadêmico na mesma proporção em que identificam uma sobrecarga das responsabilidades que lhes são atribuídas, sem problematizá-la.

Essa sobrecarga é também mencionada pelos professores como um desafio que pode interferir no desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Mas, ao mesmo tempo em que os professores fazem essa crítica ao programa e as atividades que atrapalham seu

desenvolvimento acadêmico, utilizam esses mesmos estudantes como linha direta em seus projetos que envolvem disciplinas específicas.

As análises apontam principalmente a importância de repensar a abordagem do protagonismo na escola, garantindo que os alunos tenham voz ativa e sejam verdadeiramente ouvidos e valorizados nas decisões que afetam suas vidas escolares. Além disso, percebemos que não há a intenção de transformar o projeto como um mecanismo democratizador da gestão, haja vista que o que se sobressai é a tutela e o controle.

Destacamos ainda que, enquanto se fala em promover autonomia e autoconhecimento, os jovens enfrentam uma pressão implacável para atender às expectativas acadêmicas e sociais em diferentes frentes. Os pais que veem o sucesso escolar como garantia de um futuro promissor, a instituição de ensino que, preocupada com os rankings nas avaliações externas, pressionam os estudantes e, entre os colegas, emerge um clima de competitividade baseado na obtenção de notas e reconhecimento entre os pares.

Ainda que o discurso sobre o desenvolvimento integral dos estudantes seja promovido nos documentos que versam sobre o protagonismo juvenil, na prática, as cobranças e pressões interferem na construção de uma verdadeira autonomia, do autoconhecimento e da promoção de uma gestão democrática na escola. Portanto, se torna crucial que os sistemas educacionais repensem suas abordagens, criando um espaço que efetivamente nutra a saúde emocional e o desenvolvimento pessoal dos jovens, permitindo-lhes verdadeiramente explorar e desenvolver suas identidades de maneira equilibrada e prazerosa e construir laços de solidariedade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUTO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/arauto/>>. Acesso em: 24/07/2024.

AZEVEDO, Janete M Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas:Autores Associados, 2008. 75p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona, 1977.

BOTLER, Alice Mirian Happ; NASCIMENTO, José Almir do. **Escola e democracia: entre políticas e práticas**. Curitiba: Appris, 2023.

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de julho de 1990. Proteção integral à criança e ao adolescente.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**.
- BRASIL. **LEI Nº 12.852**, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 971**, de Outubro de 2009.
- CATINI, Carolina. **Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação**. Revista USP, São Paulo , n. 127, out/dez. 2020.
- COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- CUNHA, Djalma; ARAUJO, Christiane. **Educação integral em Pernambuco: impactos sociais na vida de jovens e adolescentes**. Pernambuco, janeiro de 2021.
- DUBLANTE, C. A. S. ; NETO, A. C. **GESTÃO DEMOCRÁTICA: o processo representativo nos Conselhos Escolares**. São Luís, v. 24, n. 3, set./dez. 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FREITAS, Vinicius; PIOVEZAN, Elioenai; PORTERO, Cristina. **O Grêmio Estudantil e os desafios da gestão democrática na escola pública**. *Educação formal e não formal, cultura e currículo*, v. 7, n. 6, p. 1-20, abr. 2020.
- GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo.
- GOMES, Alfredo Macedo e ANDRADE, Edson Francisco de. **O discurso da gestão escolar democrática: o conselho escolar em foco**. *Educ. Real*. [online]. 2009, vol.34, n.01, pp.83-102. ISSN 0100-3143.
- Lima, M. da C. S.; Gomes, D. J. L. **Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos**. Retratos Da Escola (2022)
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NASCIMENTO, Nathalie Costa; RAMOS, Mário Emmanuel de Oliveira. NASCIMENTO, José Almir do. **Protagonismo Estudantil e Participação na Escola Secundarista em Pernambuco: Entre o Direito e a Tutela**. Pernambuco 2022.

OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. O.; CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, C. R. **As Ideias De Rogers E O Processo De Ensino-Aprendizagem De Matemática.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.131-150/2021

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 1997.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.280**, de novembro de 2002. Proteção Integral aos Direitos do Aluno. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco.

PERNAMBUCO. Programa de Educação Integral. **Lei Complementar nº 125**, de julho de 2008.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral.** Recife, 2020.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender.** Belo Horizonte, MG: Interlivros, 1978.

SILVA, A. V. da; SANTOS, V. A. da S. **O Grêmio Estudantil e a Gestão Democrática: um estudo de caso no Município de Messias-Alagoas.** Jornal de Políticas Educacionais. V. 13, n. 16. Maio de 2019.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa.** Revista SoCERJ, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

SILVA, A. V; SANTO, V. A .S. **O grêmio estudantil e a gestão democrática: um estudo de caso no município de Messias-Alagoas.** Alagoas, v.13, n.16, maio de 2019.

SOUZA, A. R. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Educação em Revista, Belo Horizonte. v.25, n.03, p.123-140. dez. 2009.